



**cadernos
ciespi**

Compromisso com as
infâncias do mundo.

13

Primeira Infância Participativa e Inclusiva: uma proposta de pesquisa e ação

Renata Mena Brasil do Couto, Eliane Gomes, Leandro Castro e Irene Rizzini

**Pesquisa &
Políticas Públicas**

**ciespi** 
centro internacional de estudos e pesquisas sobre a infância

em convênio com

PUC
RIO

Primeira Infância Participativa e Inclusiva: uma proposta de pesquisa e ação /Renata Mena Brasil do Couto; Eliane Gomes; Leandro Castro; Irene Rizzini – 1a. ed. – Rio de Janeiro; CIESPI, 2023.
34 p. il. 20cm.

ISBN:978-65-87410-16-6

1. Primeira infância 2. Participação 3. Inclusão. I. Couto, Renata Mena Brasil do; II Gomes, Eliane. III. Castro, Leandro; IV Rizzini, Irene. V Título

CDD 300

Primeira Infância Participativa e Inclusiva: uma proposta de pesquisa e ação

Renata Mena Brasil do Couto, Eliane Gomes, Leandro Castro e Irene Rizzini

1ª edição (dezembro 2023) – Rio de Janeiro – RJ
CIESPI

Sumário

1 – Introdução: sobre o projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva.....	6
2 – O que aprendemos com a comunidade da Rocinha: mães/pais/responsáveis, profissionais de creches/pré-escolas e atores-chave.....	7
2.1 – Inclusão.....	8
2.2 – Participação.....	16
2.3 - Segurança.....	23
3– Escutando e dialogando com crianças pequenas da Rocinha.....	28
4 – Considerações finais.....	31
5– Referências Bibliográficas.....	32

O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI é um centro de estudos e de referência associado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas sociais para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.



Esta publicação faz parte do projeto *Primeira infância participativa e inclusiva: ampliando oportunidades de educação de crianças em contextos de vulnerabilidade*, desenvolvido com apoio do UK Global Challenges Research Fund (GCRF), Reino Unido. Internacionalmente, coordenado por Kay Tisdall, professora da Moray House School of Education and Sport da Universidade de Edimburgo (Escócia). No Brasil, coordenado por Irene Rizzini, professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e diretora do CIESPI/PUC-Rio. Participam da parceria internacional pesquisadores de outros três países: África do Sul (Universidade da Cidade do Cabo), Essuatíni (Universidade de Essuatíni) e Palestina (Universidade de Bethlehem). Texto de Renata Mena Brasil do Couto, Eliane Gomes, Leandro Castro e Irene Rizzini. Editores: Irene Rizzini, Maria Cristina Bó e Malcolm Bush. Design: Carolina Terra (CIESPI/PUC-Rio) e Agência Comunicar/PUC-Rio.

1 - Introdução: sobre o projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva

Pesquisas em âmbitos nacional e internacional reconhecem a importância de assegurar os direitos das crianças desde a Primeira Infância, uma vez que os primeiros anos de vida são fundamentais para o seu desenvolvimento. Por isso, desde 2020, a equipe do CIESPI/PUC-Rio vem atuando na comunidade da Rocinha com o objetivo de contribuir para os debates, políticas e ações relacionados aqueles com idades entre 0-5 anos. Nosso foco é ampliar as oportunidades de educação para a Primeira Infância, considerando os conceitos de inclusão, participação e segurança. Inclusão, neste projeto, significa garantir oportunidades para que todos tenham acesso a direitos como educação e saúde. A participação visa promover escuta e diálogo para que os pequenos e suas famílias possam expressar seus pontos de vista e participar das decisões sobre questões que afetam suas vidas. A segurança se refere à necessidade de proteção para que as crianças possam se desenvolver, minimizando o impacto da violência, da pobreza, do estresse e de outros tipos de adversidades.

Temos buscado construir ações concretas, propondo, em parceria com a comunidade,

uma série de iniciativas de forma a beneficiar as crianças e suas famílias. Desde então, realizamos a formação de um grupo de jovens moradores/as da Rocinha a fim de aprimorar sua escuta e estimular o desenvolvimento de atividades com crianças na Primeira Infância, com o apoio de instituições locais. Apoiado por caixas misteriosas e sensoriais, livros, desenhos e pinturas, o grupo realizou mais de 25 Encontros Brincantes ao longo do projeto, beneficiando cerca de 250 crianças¹. Participamos também de uma campanha em prol da vacinação de crianças de 5-11 anos contra a Covid-19. Junto com articuladores comunitários, produzimos e distribuimos materiais informativos, elaboramos postagens para as redes sociais e utilizamos meios de comunicação locais para atingir os mais diversos pontos da Rocinha, como carros de som e megafones. Realizamos também uma série de cinco rodas de conversa no Complexo Esportivo da Rocinha. Convidamos mães, pais e responsáveis, moradores e profissionais da comunidade para debater temas como: desenvolvimento infantil, saúde mental e educação antirracista, visando fortalecer o diálogo entre os atores locais que atuam junto às crianças pequenas. Contamos com a participação de representantes de creches, pré-escolas, Clínicas da Família, Centros de Atenção Psicossocial Infantis - CAPSi, Conselhos Tutelares, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, coletivos e projetos socioculturais, associações, mídias

locais, entre outros. Conseguimos alcançar mais de 300 pessoas nesses debates e juntos pudemos pensar estratégias para encaminhar as demandas debatidas nos encontros.

Registramos os resultados do nosso trabalho e as nossas reflexões através de 10 informes *Se liga na Rocinha!*, amplamente divulgados através do site e redes sociais do CIESPI/PUC-Rio² e distribuídos em formato impresso em pontos estratégicos da comunidade, especialmente naqueles com grande circulação de crianças e famílias. Todas as nossas ações, assim como a pesquisa de campo que apresentaremos a seguir, contaram com o apoio de um grupo consultivo comunitário, composto por atores locais que nos ajudaram a definir caminhos e a alcançar famílias que moram em diversas áreas e possuem os mais diferentes perfis na comunidade. Isso foi muito importante para que nossas ações e reflexões respeitassem a diversidade e apontassem para a inclusão de todos os pequenos moradores da Rocinha.

2 - O que aprendemos com a comunidade da Rocinha: mães/pais/responsáveis, profissionais de creches/pré-escolas e atores-chave

O projeto *Primeira Infância Participativa e Inclusiva* sempre teve como proposta desenvolver pesquisas e ações em parceria com organizações e atores-chave das comunidades participantes. Por isso, ainda em 2020, fizemos consultas preliminares a moradores e profissionais sobre os desafios e as alternativas de cuidado e de educação voltados para crianças com idades entre 0-5 anos na Rocinha. Entre novembro de 2021 e dezembro de 2022, entrevistamos 56 pessoas no total, que responderam perguntas sobre os temas inclusão, participação e segurança, relacionando os assuntos à educação das crianças nas creches, pré-escolas, em casa e na comunidade³.

Alguns destaques sobre o perfil dos entrevistados se fazem necessários⁴. Em relação às mães, pais e responsáveis, entrevistamos um grupo diversificado, composto por 20 mulheres e homens com idades entre 17 e 53 anos. Eles têm diferentes níveis de escolaridade, distintas configurações familiares e são moradores de diversas partes

da Rocinha. As entrevistas abordaram a educação dos pequenos e a maioria foi realizada com famílias cujas crianças frequentam creches ou pré-escolas, sejam elas públicas, conveniadas ou particulares. Algumas famílias ilustraram também os desafios de cuidar daqueles que não frequentam instituições de educação e daqueles com deficiência, questões de saúde-mental e/ou doenças crônicas.

Sobre as profissionais consultadas, entrevistamos 20 professoras e/ou diretoras que atuam em creches e/ou pré-escolas públicas, particulares ou conveniadas ao município, localizadas em diferentes partes da comunidade da Rocinha. Buscamos garantir uma diversidade no perfil dos entrevistados, mas não conseguimos localizar nenhum homem atuando como professor ou diretor nas instituições de ensino infantil pesquisadas. Por isso, todas as nossas entrevistas foram realizadas com mulheres.

Os 16 atores-chave consultados atuam em instituições ou iniciativas públicas e privadas responsáveis pelo atendimento às crianças pequenas da Rocinha. Os entrevistados, alguns contratados e outros voluntários, atuam em diferentes áreas: assistência social e sistema de garantia de direitos, saúde, educação, esporte, cultura, religião, comunicação e movimento social. Quanto à localização dos equipamentos, a maioria deles fica na Rocinha (9) ou em São Conrado (5). Apenas 2 deles ficam mais distantes, na Lagoa e em Botafogo. A maioria

dessas iniciativas (11) realiza programas, projetos, serviços ou ações para crianças com idades entre 0 e 5 anos. As que não realizam expressaram interesse em se aproximar da pauta.

Os conceitos chave de nosso projeto, inclusão, participação e segurança, orientaram a apresentação e análise dos dados coletados que faremos a seguir.

2.1 - Inclusão

A inclusão foi um tema tratado por mães, pais e responsáveis de forma ampla. Surgiram aspectos relacionados ao acesso à educação, saúde, lazer, acessibilidade, transporte e renda. Apesar disso, percebemos como o tema ainda é pouco discutido pelas famílias: ***“Eu acho que eu nem escuto essa palavra inclusão”.***

Em relação à educação das crianças, um número considerável de mães, pais e responsáveis entrevistados entendeu a inclusão a partir de seu acompanhamento do processo de educação dos filhos, apoiando seu desenvolvimento e aprendizagem: ***“Inclusão (...) pra mim é ter o pai, a mãe, a vó (...) todo mundo incluído na educação do filho, né? Tipo assim, participando”.*** A inclusão também apareceu no sentido das crianças pequenas serem acolhidas nos espaços de educação infantil, por meio da interação, da escuta e da convivência como práticas que possam contribuir para o bem

comum. Para as profissionais de creches e pré-escolas entrevistadas, essas instituições têm justamente a função de incluir a todas as crianças, escutando o que elas têm a dizer, percebendo suas particularidades e permitindo sua participação nas atividades propostas, desta forma estimulando seu desenvolvimento. Ensinar sobre diversidade e preparar para a sociedade também fazem parte do trabalho desenvolvido e, para isso, a participação das famílias é fundamental.

As profissionais de creches e pré-escolas relacionaram a inclusão especialmente às crianças com deficiência, destacando que o convívio com os colegas de turma, o uso de metodologias específicas, a presença de profissionais qualificados e a parceria com as famílias são elementos que contribuem para o aprendizado das crianças com esse perfil. Mas há barreiras para incluir essas crianças nos espaços de educação infantil, sendo a falta de suporte especializado nas salas de aula a resposta mais citada pelas profissionais de creches e pré-escolas, questão também mencionada por parte das mães, pais e responsáveis entrevistados. A inclusão ainda é um desafio no Brasil, embora o país tenha ratificado a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (2008); criado a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); e promulgado a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da

Pessoa com Deficiência. Essa Lei, em seu artigo 28 do capítulo IV, incumbe ao poder público a responsabilidade de ofertar, treinar e acompanhar os profissionais de apoio escolar em instituições de ensino públicas e privadas.

Mães, pais e responsáveis entrevistados apontaram que as instituições deveriam ofertar um número maior de profissionais qualificados como forma de apoio às crianças e suas famílias, incluindo atendimento especializado para aquelas com qualquer deficiência, questão de saúde mental e/ou doença crônica que possa impactar em seu desenvolvimento e aprendizagem. Profissionais de creches e pré-escolas entendem que a falta desses profissionais mediadores, além de poder levar à evasão, prejudica o trabalho desenvolvido já que o professor não consegue oferecer o acompanhamento necessário para o aluno que apresenta alguma necessidade de atenção especial. Algumas unidades da rede pública contam com professores articuladores itinerantes vinculados à Sala de Recursos Multifuncionais⁵. Estes profissionais elaboram o Plano Educacional Individualizado (PEI) dos alunos que possuem laudo médico. Ainda que seja uma iniciativa considerada importante, o tempo que esses profissionais têm disponível em cada instituição é um desafio frente à demanda. Cerca de 1/4 das profissionais entrevistadas disseram ter percebido um aumento do número de alunos com deficiência no último ano.

Em relação às atividades propostas nas creches e pré-escolas, a maior parte das mães, pais e responsáveis entrevistados disse que as crianças não têm dificuldades para participar. Porém, alguns sinalizaram que a falta de diálogo entre as instituições de ensino e as famílias, o número reduzido de profissionais e o acesso limitado à internet no contexto da pandemia de Covid-19 foram fatores que impactaram na participação das crianças. Uma das entrevistadas, mãe de uma criança com deficiência e doença crônica, revelou que o filho sofre exclusão na creche por conta de suas limitações e do medo que a instituição tem de que ele se machuque. Isso evidencia os desafios de algumas instituições para garantir a inclusão de crianças com esse perfil na rotina escolar.

A estrutura física das creches e pré-escolas foi mencionada como um desafio para a inclusão de modo geral, na perspectiva das profissionais entrevistadas, pois muitos dos espaços e prédios que ocupam não foram construídos para fins educacionais. Salas cheias e falta de apoio aos professores fazem parte da lista de obstáculos à inclusão das crianças na educação infantil. Há ainda outros desafios para o aprendizado e o desenvolvimento infantil mencionados nas entrevistas: as deficiências; o preconceito étnico-racial; as possibilidades limitadas de cuidados por parte de algumas famílias; e a relação de alguns familiares com o mercado varejista de drogas ilegais. As famílias das crianças com deficiência têm dificuldade para

acessar serviços especializados na comunidade, inclusive de educação e saúde. O racismo⁶ afeta a autoestima das crianças não-brancas e faz com que muitas sejam estigmatizadas e vistas como pessoas sem futuro, limitando investimentos em sua educação. Algumas crianças sofrem com conflitos familiares, privações, violações de direitos e uso abusivo de álcool e outras drogas, o que afeta a capacidade dos adultos de oferecer cuidados, sendo necessária atenção especializada do Estado nesses casos. Conflitos armados podem causar o fechamento de escolas e interromper ciclos de aprendizagem. A precária oferta de serviços e de políticas públicas na região, com destaque para a falta de saneamento básico e transportes de boa qualidade, também se apresenta como desafio.

Visando ampliar a participação das crianças nas creches e pré-escolas, mães, pais e responsáveis entrevistados propuseram alternativas diversas, como a garantia de acesso à internet para as famílias via projetos do governo, o aumento do número de professores e a presença de profissionais especializados. Foi destacada a importância do atendimento multiprofissional para as famílias, com psicopedagogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais⁷. Nesse sentido, a integração entre escolas, famílias e iniciativas locais de atenção à Primeira Infância é fundamental para a garantia da inclusão na educação infantil.

Um dos elementos mais importantes

para a inclusão das crianças se refere ao acesso às vagas nas creches e pré-escolas. Ao perguntarmos se existem famílias na comunidade que gostariam de colocar seus filhos em creches e pré-escolas, mas não conseguem vagas, a maioria dos entrevistados disse que sim: ***“Não é todo mundo que consegue não, tá. Porque as vagas são poucas, né?”*** Mães, pais e responsáveis de bebês e de crianças com deficiência alegaram ser ainda mais desafiador por conta da atenção especial que seus filhos necessitam. Além da defasagem na oferta de vagas para educação infantil, principalmente quando se trata do serviço público e de creche, algumas famílias enfrentam dificuldades para pagar as mensalidades do ensino privado. Algumas delas tiveram ainda mais dificuldades para manter as crianças nas creches e pré-escolas durante a pandemia, uma vez que o desemprego e a precarização do trabalho aumentaram nesse período. Nos chamou a atenção a falta de informações em relação à matrícula das crianças na comunidade, uma vez que um número considerável de famílias disse não saber como essas decisões são tomadas nas instituições de ensino. Percebemos que a disponibilização de informações e a realização de matrículas através site da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro não é acessível para todas as famílias. Consideração mencionada em entrevistas de familiares, profissionais de creches e pré-escolas e atores-chave.

A maioria das profissionais de creches e pré-escolas entrevistadas confirma as perspectivas

das famílias ao afirmarem que existem mais crianças precisando de matrícula do que vagas disponíveis. A demanda é muito maior que a oferta, especialmente nas unidades públicas. Como a educação infantil é obrigatória apenas partir dos 4 anos, a creche para aqueles com até 3 anos e 11 meses de idade é oferecida em menor escala. Além disso, os recursos necessários para a manutenção das creches conveniadas ao município são insuficientes para que elas atendam às exigências do contrato, mantenham a qualidade do serviço ofertado e supram a demanda existente. De acordo com as entrevistadas, as crianças com deficiência são as que têm maior dificuldade para serem matriculadas em creches e pré-escolas. Elas destacaram que algumas mães chegam a omitir diagnósticos dessa natureza por medo de preconceito e/ou de perder a vaga. Já para o berçário, dada as dificuldades de adequação das salas e limitações de espaço físico, também há poucas vagas na comunidade e as crianças que já frequentam costumam ocupar automaticamente as turmas do primeiro ano da pré-escola.

A grande maioria dos atores-chave entrevistados concorda que muitas crianças na Primeira Infância na Rocinha acabam privadas de oportunidades de educação. A escola, fundamental para o desenvolvimento, é também espaço de cuidado para muitas famílias que trabalham, especialmente para as mães solo. No entanto, como dito, não há unidades educacionais públicas suficientes

para atender às demandas da comunidade. As filas de espera por vagas são imensas, os horários são incompatíveis com a realidade do mercado de trabalho e longas distâncias dificultam o acesso: ***“Essas crianças já nascem tendo que correr atrás de outro indivíduo. Na competição ela não está no mesmo pé de igualdade”***. Além disso, o modelo escolar tradicional nem sempre atende às necessidades das crianças, especialmente daquelas com deficiência e/ou questões de saúde-mental. A ausência de mediadores, os horários reduzidos e a exigência de acompanhamento dos responsáveis acabam resultando na desistência das famílias: ***“A mãe não sabe como lidar com ela, tem, inclusive, dificuldades de entender o que é uma criança no espectro e é uma criança que fica solta. A mãe preferiu tirar da escola, porque tem sempre reclamação e ela não sabe o que fazer”***. Enquanto alguns precisam se esforçar em dobro para manter os filhos na escola, outros não aprenderam a valorizar a educação porque não tiveram acesso a ela quando mais jovens. Não compreendem a importância da frequência regular para a realização de um trabalho pedagógico que impacte positivamente o desenvolvimento das crianças.

Sobre o que poderia ser feito para aumentar o número de vagas na comunidade, a estratégia mais mencionada pelas profissionais foi a ampliação do espaço físico de creches e pré-escolas para abertura de novas turmas. A construção de novas unidades de educação

infantil foi citada, especialmente pelas profissionais que atuam em instituições onde o espaço físico é limitado. Foi também abordada a realização de concursos para professores e auxiliares, uma vez que esse tipo de contratação é uma demanda frequente na rede pública para a ampliação e melhoria de sua cobertura.

Mães, pais e responsáveis responderam sobre o que gostam nas creches e/ou pré-escolas que seus filhos frequentam. A maioria disse gostar das atividades propostas que ensinam as crianças a ter desenvoltura, a falar e a ter independência. Parte dos entrevistados sinalizou gostar da relação entre profissionais de creche, crianças e famílias, especialmente quando são criados canais de comunicação e aproximação para a participação junto às instituições. Sobre o que não gostam, ao longo das entrevistas, mencionaram a falta de comunicação entre as instituições e as famílias, o número reduzido de profissionais, a falta de atenção individualizada, a não adaptação das instituições às crianças com deficiências, questões de saúde-mental e/ou doenças crônicas e até mesmo a má qualidade da alimentação oferecida.

Identificamos propostas de mães, pais e responsáveis sobre o que poderia melhorar o atendimento oferecido. Foram citadas: a ampliação do número de vagas em tempo integral; a oferta de capacitação para os professores; cursos de idiomas; profissionais especializados em psicologia e fonoaudiologia;

atividades esportivas; atendimento emergencial de saúde; e mais acessibilidade. Para fazer um trabalho melhor, creches e pré-escolas precisam de mais investimentos, inclusive do governo, para melhorar sua infraestrutura e ampliar o número de vagas e de profissionais qualificados para apoio e foco no desenvolvimento das crianças.

Já as profissionais das creches e pré-escolas citaram algumas medidas como estratégias para estimular o desenvolvimento das crianças: ofertar atividades gratuitas no contraturno escolar, especialmente de esporte e lazer, inclusive para a Primeira Infância; provocar maior envolvimento de mães, pais e responsáveis na educação das crianças; expandir a cobertura e o atendimento especializado nas áreas da saúde e da assistência social; e aumentar o número de vagas em creches e pré-escolas públicas, assim como ofertar horários compatíveis com a realidade das famílias. Em caráter mais imediato, algumas entrevistadas propuseram um cartão de transporte para as famílias com condições financeiras limitadas para que possam levar e buscar seus filhos em diferentes espaços; o estabelecimento de centros de apoio às famílias, para que elas possam conversar sobre a educação das crianças, inclusive em casa e na comunidade; e a criação de Salas de Recursos Multifuncionais em todas as escolas da Rocinha para atender crianças com deficiência.

Quando perguntamos se algumas crianças da Rocinha são tratadas de forma diferente, a maioria das mães, pais e responsáveis respondeu que sim. Eles mencionaram que as crianças tratadas de forma diferente são aquelas que não recebem o devido apoio da família, seja porque os parentes trabalham longas horas e não conseguem acompanhar o cotidiano dos filhos na escola ou por sua precariedade de acesso à renda ou desemprego. A dificuldade de acesso aos espaços de educação infantil, devido à falta de vagas, e a ausência de espaços de lazer para as crianças pequenas contribuem para o cenário de desigualdade na comunidade.

Os atores-chave acrescentam que: ***“Aqui dentro (na Rocinha) tem muita diferença social. Tem algumas áreas em que as crianças não têm saneamento, não têm banheiro”***. Crianças mais pobres, que vivenciam a fome, situações de violência, que estão fora da escola e que não têm acompanhamento são tratadas de forma diferente. O preconceito contra as crianças cujos responsáveis fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, com cuidadores que fazem parte de casais homoafetivos ou com mães e pais com deficiência e/ou questões de saúde-mental também foi mencionado. Um dos entrevistados destacou também o preconceito étnico-racial: ***“Acho que a localidade reforça, mas também a questão de raça, porque a Rocinha com essa perspectiva mestiça com todas as aspas, tem uma mistura danada. Então, acho que tem muitos estereótipos,***

sobretudo em cima das crianças retintas, quando você anda na rua e vê as crianças que estão na rua e a sua maioria são meninos retintos". As diferenças da cor da pele opõe pessoas de uma mesma comunidade, uma vez que o colorismo estabelece uma hierarquia racial: a população não branca - pessoas negras (pretos e pardos) - é marcada pela tonalidade de suas peles mais claras ou mais escuras. Como afirma Alessandra Devulsky, no livro *Colorismo: "A substância dessas existências, tanto negras quanto brancas, resta encerrada em papéis que distribuem, de modo desigual e injusto, habilidades, tendências, características e estéticas que, definidas de dentro para fora, restringem e disciplinam as variadas negritudes existentes no Brasil."* (DEVULSKY, p.12, 2021).

Sobre as formas de oferecer suporte a essas crianças em casa, na comunidade e/ou nas instituições, atores-chave participantes da pesquisa mencionaram as seguintes estratégias: dialogar com as famílias, respeitando e acolhendo suas variadas composições; conhecer e entender os comportamentos das crianças; ter equipes para atendimentos domiciliares; contornar a precariedade e a ausência de serviços; refletir sobre as condições de habitação, saneamento básico, educação e sobre a ausência de espaços para brincar. Para que os moradores da Rocinha possam participar e fortalecer essas estratégias, no entanto, são necessários investimentos robustos. Embora

fundamentais, projetos, coletivos e iniciativas locais não conseguem eliminar os efeitos negativos da ação limitada e ineficiente de um Estado que prioriza a violência armada quando se faz presente nas comunidades, favelas e/ou periferias.

Uma constatação importante da escuta realizada foi que a pobreza interfere no acesso das crianças à educação⁸. A maioria das profissionais de creches e pré-escolas entrevistadas disseram que a pobreza limita o acesso a bens e serviços. Além disso, ela se relaciona à má qualidade na alimentação, que pode causar sonolência, apatia e dificuldades de concentração; e à escassez de recursos para o transporte, que limita a circulação. A falta de acesso a saneamento básico e a produtos de higiene podem ocasionar doenças e a escassez de serviços de saúde pode agravar esses quadros. Diante das dificuldades financeiras das famílias e de eventuais problemas relacionais decorrentes, as crianças podem ficar agitadas, tristes, irritadas ou até mesmo agressivas na escola.

Os atores-chave concordam que a pobreza interfere no acesso das crianças à educação porque os serviços públicos são insuficientes e/ou precários para atender às demandas daqueles que carecem de recursos para viver em moradias seguras, adquirir materiais pedagógicos e para ter acesso a uma alimentação adequada: ***"Você com fome não consegue raciocinar. (...) Com fome você não***

consegue fazer nada". No entanto, a renda não define se uma criança é capaz de aprender: ***"Se a criança, mesmo que pobre, tivesse a mesma oportunidade de aprendizado que uma criança rica, ela teria a mesma capacidade de aprender e estudar"***.

Importante compreender que a educação não se refere apenas ao universo escolar. Crianças aprendem cotidianamente na interação com adultos e com outras crianças. Espaços que favoreçam essas interações são, portanto, fundamentais. Na Rocinha há um parque abandonado, mas não há lugares de encontro para mães, pais e filhos e não há praças suficientes e adequadas para que as crianças possam brincar e correr com segurança: ***"Na comunidade você precisaria ter um espaço físico, que não existe, porque esse crescimento desenfreado inibe. Você não tem pracinhas, você não tem brinquedos, você não tem acesso a andar de bicicleta, andar de patins. Na realidade o espaço da comunidade ele é um dormitório, a Rocinha é um grande dormitório"***.

Em relação ao esporte e ao lazer, também faltam oportunidades: ***"Então falta, falta muita coisa, principalmente nessa Primeira Infância. É um momento crucial esse do desenvolvimento"***. Assim como para acessar a escola, as crianças pequenas precisam de alguém que as leve e busque nos poucos equipamentos disponíveis. Falta também informação sobre as atividades existentes. A

extensão territorial da Rocinha não só gera custos de deslocamento, como exige um esforço ainda maior para fazer a informação circular. A ampliação do diálogo entre os espaços que oferecem atividades para as crianças, incluindo ONGs, movimentos sociais e espaços religiosos, e a rede de proteção social disponível na comunidade, poderia ampliar a divulgação dessas iniciativas e facilitar o acesso das famílias. Embora o atendimento emergencial do Conselho Tutelar, e o acesso ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, por exemplo, sejam indispensáveis, também é muito importante seu papel de articulação e fortalecimento da rede de serviços disponível na região para as crianças e suas famílias.

É preciso pensar na criança como parte da família e nas dificuldades que os adultos enfrentam para oferecer a elas atenção e cuidado. Para além de críticas e ações de conscientização, as famílias necessitam de respostas concretas do Estado no sentido de oportunizar mudanças e garantir direitos, promovendo o bem-estar das crianças. Afinal, ***"as crianças nos relembram todo o tempo que não são apenas o futuro de um país – elas são o hoje e estão ao nosso redor, aqui e agora."*** (RIZZINI, 2020).

2.2 – Participação

A participação foi definida pelas famílias como sua presença constante no cotidiano das crianças, interagindo com elas e acompanhando seu desenvolvimento e aprendizado: ***“Tudo você tem que participar da criança. Ver ele crescer, ficar do lado dele, né? Porque ele depende da pessoa. Não maltratar e dar educação”***. Mães, pais e responsáveis consideraram importante também acompanhar e dar suporte às crianças em suas atividades escolares e participar de reuniões e outras atividades propostas pelas creches e pré-escolas, fortalecendo a relação entre as famílias e os profissionais de educação. Essa não é uma tarefa simples, especialmente para as mães solo, que precisam cuidar das crianças e da rotina de suas casas sozinhas, e para aqueles que trabalham fora de seus núcleos familiares, que dependem de autorização de suas chefias para estar presente nessas ocasiões. As profissionais de creches e pré-escolas afirmam que, nesses casos, o mais comum é usar a creche como um espaço de confiança para que possam deixar as crianças enquanto cumprem suas obrigações. Alguns contam com o apoio de familiares que se revezam para que as crianças não fiquem sozinhas nas atividades propostas, uma orientação comum dada pelas unidades de ensino. Outros obstáculos à participação das famílias foram mencionados, como a falta de compromisso, seriedade, maturidade e/ou entendimento acerca da importância da

educação infantil. No entanto, compreende-se que muitos não tiveram oportunidades educacionais e/ou não aprenderam a valorizá-las.

Ainda assim, as profissionais entrevistadas consideram que a maioria das famílias é ativa nas atividades propostas. As instituições costumam investir nessa participação, considerando sua diversidade, limites e possibilidades, promovendo: reuniões, projetos pedagógicos temáticos, eventos em datas comemorativas, conversas sobre as crianças, abordagens na entrada ou saída das instituições sobre questões pontuais, mostras dos trabalhos realizados pelas crianças e passeios. As atividades enviadas para casa orientam mães, pais e filhos a realizar juntos desenhos, pinturas, colagens e leituras. Essas propostas mobilizam as famílias nas instituições e nas casas, estimulando esforços conjuntos pela educação.

Metade das entrevistadas mencionou a participação das famílias como algo fundamental na vida das crianças e para o trabalho pedagógico desenvolvido na educação infantil: ***“Se a família não participa, a gente também percebe diferenças no desenvolvimento da criança. A criança precisa de cuidados, precisa desse olhar de todos os que estão à sua volta. (...) Na educação infantil, a participação da família é essencial.”*** As parcerias institucionais também são importantes no processo de aprendizado

das crianças. Segundo uma das entrevistadas, muitas demandas das crianças não podem ser supridas apenas pelas instituições de ensino, seja pela falta de espaço apropriado, de equipe especializada ou de recursos.

Mesmo a perspectiva geral sendo positiva, algumas profissionais disseram que nem sempre creches e pré-escolas favorecem a participação das famílias, seja porque o contato é limitado à direção ou por conta dos horários das atividades propostas. Entre mães, pais e responsáveis também houve quem, em menor escala, criticasse as instituições por não informar às famílias sobre a rotina das crianças no espaço e por não envolver os adultos nas atividades: ***“A gente nunca é convidado pra participar de nada”***. Isso porque o esforço para envolver as famílias e as crianças no cotidiano das creches e pré-escolas e para diversificar a oferta de atividades foi valorizado pelos entrevistados, especialmente no que diz respeito àquelas com deficiência, questões de saúde-mental e/ou doenças crônicas: ***“Participação tem a ver pra mim com inclusão, é incluir a criança na atividade, sabe, de modo geral. (...) Incluir a criança nas atividades, no dia a dia, em tudo”***. A maioria das profissionais de creches e pré-escola afirmou que os compromissos com o trabalho são os principais obstáculos para a participação das famílias, o que também foi apontado pelos atores-chave entrevistados: ***“Pai que trabalha em restaurante, raramente ele consegue sair com o filho para***

ir para algum evento esportivo ou cultural”.

Os empregadores raramente entendem que um funcionário precisa ir a uma reunião ou evento de escola ou que seu filho ficou doente e precisa de cuidados⁹. Alguns familiares trabalham cuidando das crianças de outras famílias e ficam impedidos de dar atenção as suas: ***“Tem uma própria dinâmica da sociedade que não contribui para que esse responsável periférico, que esse responsável que é pobre, participe ativamente da educação dos seus filhos”***. Melhorias das condições de trabalho, redução de carga horária e aumento de salários poderiam possibilitar maior participação. Enquanto isso não ocorre, muitas crianças precisam ficar sob os cuidados das “mães crecheiras”, de vizinhos ou de familiares, inclusive menores de idade, enquanto os responsáveis trabalham. Essa rede de apoio é muito importante nas comunidades e evita que mais crianças fiquem em casa desacompanhadas ou perambulando sozinhas pelas ruas.

Para a maioria dos atores-chave entrevistados, mães, pais e responsáveis se esforçam para participar do processo de educação e aprendizado dos seus filhos na Rocinha, pois se preocupam e acreditam que a educação pode garantir melhores condições de vida às crianças: ***“Tem uma grande maioria que se preocupa muito, daquela coisa de ‘meu filho vai ter o que eu não tive, eu vou lutar, eu vou ralar, eu vou passar horas na cozinha da patroa, mas meu filho não vai***

passar por isso". Na educação formal, buscam por vagas, frequentam reuniões, se interessam pelo desempenho dos filhos e conseguem uma explicadora quando necessário.

De toda forma, essa participação precisa ser estimulada e promovida pelas instituições, com reuniões e outras atividades que escutem e busquem se adaptar às condições e horários das famílias. Várias ideias foram oferecidas pelos -chave entrevistados para aumentar a participação de mães, pais e responsáveis na educação dos seus filhos, como: a oferta de cursos, inclusive de produção de brinquedos; ações educativas que fossem até a casa das famílias; eventos itinerantes que alcançassem diferentes áreas da Rocinha, inclusive seus becos e vielas; estimular os pais/as mães a resgatar brincadeiras de sua infância para partilhar com os filhos; incentivar o protagonismo das famílias na proposta de ações relacionadas as suas habilidades, inclusive profissionais; realizar busca ativa, estreitando o diálogo com as famílias sobre a importância da educação; e oferecer cuidado em saúde mental, especialmente às mães que sofrem com a sobrecarga das duplas jornadas e com situações de violência doméstica.

Mais focadas no cotidiano institucional, profissionais de creches e pré-escolas refletiram sobre a participação das crianças nas atividades propostas. Para elas, participação significa a criança se envolver, interagir, brincar, aprender e conseguir realizar as

atividades do seu jeito: ***"É interagir, é estar envolvido, fazer parte ali do grupo, em todos os sentidos"***. Estar na escola não significa necessariamente participar e, por isso, cabe aos profissionais identificar e apoiar aquelas que necessitam de mais atenção para se relacionar e se desenvolver. Nesses casos, dialogar com as crianças, ouvir o que têm a dizer, pensar junto e estimular sua criatividade, por meio de atividades que despertem seu interesse e sejam prazerosas, é fundamental.

Esse grupo de entrevistadas afirmou que as crianças participam ativamente do seu processo de aprendizado e citou a "rodinha de conversa" como a forma mais utilizada para promover essa participação. Durante a atividade, as crianças interagem entre pares e com as educadoras, dialogando sobre diversos assuntos relacionados ao seu cotidiano na creche e fora dela. A concepção de que a criança deve ser protagonista em seu processo de aprendizado apareceu algumas vezes: ***"Elas têm que ser protagonistas do seu processo de aprendizagem. Eu percebo na maioria dos professores esse movimento de estimular a curiosidade, estimular o aluno a dar suas hipóteses, perguntar, questionar"***. No entanto, nem sempre, criar oportunidades para que elas apresentem suas próprias propostas é algo fácil e bem recebido pelas instituições. Conforme explica uma das entrevistadas, práticas conservadoras, através das quais apenas o professor ensina e o aluno aprende, limitam o potencial das crianças¹⁰.

Para ela, alguns profissionais não trabalham com a concepção de que a educação infantil é um período de estímulo ao conhecimento, de descobertas, diferente do ensino fundamental. O protagonismo das crianças no processo de aprendizado ainda é um desafio.

As profissionais de creches e pré-escolas responderam ainda se existem espaços e estratégias para escutar as opiniões das crianças. Mais uma vez a “rodinha de conversa” surgiu como prática fundamental, mas também foram mencionados os diálogos durante as atividades ou ao término delas e a atenção aos comportamentos e expressões das crianças. No caso dos bebês, a observação das educadoras é essencial: **“É toda visual: os que batem palma, tentam cantar. (...) É uma forma deles demonstrarem que eles estão gostando, e quando eles não gostam, dão as costas e vão fazer outra coisa”**. Embora a espontaneidade das crianças tenha sido apontada como um facilitador para a escuta, também foi dito que criar ambientes em que elas se sintam seguras e sejam estimuladas a se expressar através de múltiplas linguagens, desenhando, por exemplo, se faz necessário. O fortalecimento da comunicação não só beneficia as crianças, melhorando seu desenvolvimento, como as professoras, que podem se replanejar e tornar as atividades propostas mais adequadas aos interesses e mais efetivas para o aprendizado dos pequenos.

As entrevistadas disseram que, no geral, as crianças são participativas, mas que o comportamento dos adultos e o perfil das crianças e de suas famílias costumam determinar como elas se apresentam. Alguns adultos têm dificuldades para compreender os pequenos: **“O adulto! O adulto para mim é sempre um obstáculo. Porque a gente tem enraizado em práticas extremamente tradicionais, às vezes a gente não consegue enxergar a criança”**. E alguns alunos são mais tímidos, têm problemas de autoestima, se sentem excluídos, as famílias não têm recursos para comprar uniformes e/ou materiais, têm dificuldades de interagir, etc. É preciso saber aproveitar os interesses e conhecimentos que as crianças trazem de casa e construir coletivamente o ambiente escolar. Respeitar individualidades, reconhecer potencialidades e estimular a criatividade fazem parte do rol de estratégias para aumentar a participação dos pequenos. Aqueles com mais dificuldades em sua trajetória escolar não devem ser comparados aos demais e sim apoiados para que mantenham o interesse e se desenvolvam, inclusive através de jogos pedagógicos e brincadeiras.

A maioria das famílias se revelou satisfeita com a participação das crianças nas creches e pré-escolas, embora a inclusão de profissionais das áreas de psicopedagogia, psicologia e fonoaudiologia pudesse trazer ganhos para o envolvimento de seus filhos nas atividades propostas. Crianças com dificuldades de fala,

de concentração e aquelas já diagnosticadas com deficiência, questões de saúde-mental e/ou doenças crônicas seriam especialmente beneficiadas. Mães, pais e responsáveis declararam ainda consultar a agenda escolar e conversar com as crianças para acompanhar seu desenvolvimento e aprendizado. No geral, se mostraram satisfeitos com isso. Alguns disseram não poder se dedicar tanto quanto gostariam por falta de tempo, mas contam com o apoio de familiares e mesmo de grupos virtuais, especialmente comuns desde a pandemia de Covid-19, para se fazerem presentes.

Em relação à participação das crianças na comunidade, esses participantes disseram que seus filhos não fazem nada na Rocinha, uma vez que não conhecem espaços acessíveis e/ou interessantes. Também foi mencionada a falta de manutenção das praças locais e a ausência de brinquedos gratuitos voltados para as crianças pequenas. Outros apontaram o risco de exposição à violência e os tiroteios como um perigo que restringe a circulação das crianças nas ruas da comunidade. Por outro lado, alguns participantes mencionaram que seus filhos frequentam espaços da comunidade, embora eles sejam insuficientes para atender à demanda local. Parque, quadra esportiva e parte da floresta, localizados em diferentes áreas da Rocinha, foram citados. Também foram mencionadas iniciativas particulares de cuidadoras de crianças, muito funcionais para famílias com crianças fora das creches e pré-escolas e para os responsáveis cujo horário de

trabalho é incompatível com o horário de saída das instituições formais de ensino.

Por outro lado, os atores-chave entrevistados, representantes de instituições locais com oferta de atividades gratuitas para crianças, afirmaram que suas organizações contribuem para a educação e o cuidado das crianças na comunidade com atividades esportivas, musicais, lúdicas, de saúde e educação, com acesso a livros e brinquedos, espaços de convivência, vivência religiosa, entre outras, mas não souberam precisar quantas crianças de 0 a 5 anos são atendidas. Para as crianças participarem é necessário que as famílias conheçam os espaços, suas regras e horários disponíveis. Foi possível perceber que os horários muitas vezes são um obstáculo à participação já que as crianças pequenas dependem dos adultos para se deslocar de forma segura: ***“Seis anos para baixo tem que ser acompanhado pelo(s) pai(s). Mas tem pai que sai cinco horas da manhã para trabalhar e mãe também. Então limita”***. Além disso, pela extensão territorial da Rocinha, mesmo dentro da comunidade, alguns deslocamentos precisam ser feitos por transporte rodoviário, o que gera custos para as famílias. A complexidade da Rocinha e a falta de investimentos na coleta e sistematização de dados sobre a comunidade dificultam a definição de estratégias de atuação, a avaliação dos serviços disponíveis bem como uma divulgação mais ampliada que possa alcançar todas as famílias.

A maioria desses entrevistados disse que as instituições onde atuam não conseguem atender a todas as famílias que buscam seus serviços. E, em relação à ampliação das vagas e dos atendimentos oferecidos, existem limitações institucionais e financeiras, como: estruturas físicas reduzidas; falta de materiais e equipamentos; quantidade insuficiente de profissionais capacitados; e turmas pequenas para garantir qualidade técnica e atenção individualizada às crianças em alguns tipos de atividades. O atendimento voltado especificamente para as crianças de 0-5 anos é ainda limitado na Rocinha. Embora a importância dessa etapa da vida seja reconhecida, representantes das instituições que não oferecem atividades para as crianças pequenas expressaram interesse em alcançar ou ampliar o atendimento a esse público. Porém, afirmaram que precisariam de mais recursos financeiros e do apoio de especialistas na área para qualificar suas aproximações e abordagens: ***“Há muito tempo a gente tem o desejo de construir, (...) fomentar o debate da Primeira Infância na Rocinha na perspectiva de entender o direito das crianças”.***

Outro tema relevante acerca da participação das crianças em atividades na comunidade é o desafio do diálogo intersetorial entre as diversas iniciativas consultadas e as creches e pré-escolas da Rocinha, pois não existem estratégias continuadas para que isso aconteça. A importância dessa aproximação é reconhecida pelos entrevistados e articulações

pontuais são realizadas, mas apenas a área da saúde, que desenvolve programas específicos junto à educação, consegue avançar nesse diálogo. Os responsáveis por uma mesma criança podem (e devem) acessar diferentes serviços, por isso, estreitar a relação entre equipamentos e profissionais poderia facilitar o entendimento da realidade das famílias e os encaminhamentos necessários. Essa aproximação poderia contribuir para o atendimento integral e para a melhoria da qualidade de vida dos pequenos moradores da comunidade. Em 2 entrevistas surgiu a ideia de unificar os sistemas de informação das políticas públicas e 1 entrevistado ressaltou a importância da articulação entre as áreas: ***“A gente tende, por exemplo, a achar que aquela criança, no caso de saúde mental, só tem um transtorno. E esquece que ela também podia se beneficiar de um esporte, que também é terapêutico (...)”.***

Quanto a participação em casa, as famílias consultadas costumam brincar e propor atividades educativas às crianças: ***“É tão bom! A gente ri tanto. É tão divertido”.*** Jogos, desenho, pintura, leitura e músicas foram mencionados como recursos usados para auxiliar o aprendizado das crianças em casa, sempre com um toque de criatividade e adequação às realidades distintas. Uma entrevistada, não alfabetizada, relatou que costuma contar histórias para os netos através das imagens dos livros, uma estratégia adaptada para enfrentar uma realidade

adversa. Ensinar sobre rotina, higiene pessoal e a realizar tarefas domésticas também foram citadas como estratégias para auxiliar à educação. A realização dos “deveres de casa” propostos pelas creches e pré-escolas também foi destacada como uma tarefa importante pela maioria das famílias.

De diferentes formas, todas as mães, pais e responsáveis entrevistados revelaram esforços para ajudar as crianças a aprender em casa, embora alguns tenham expressado sentir dificuldades em fazer isso pela falta de tempo, de recursos e mesmo de estudo: ***“Ela aprendeu sobre invertebrados e vertebrados. E eu pensava: ‘como eu vou explicar isso a ela?... Eu, na idade dela, não sabia nem escrever meu nome”.***

Para melhorar a educação e o aprendizado das crianças pequenas na Rocinha, a maioria dos entrevistados atores-chave acredita ser necessário que o poder público amplie seus investimentos em creches e pré-escolas. Foi mencionada a necessidade de recursos para: melhorias estruturais e manutenção nas unidades escolares; construção de novas escolas e ampliação do número de vagas na rede pública e conveniada ao município; e para a contratação e formação de profissionais. Incorporar os saberes locais sobre o território, inclusive através das educadoras que residem no local, também pode contribuir para a criação de soluções mais alinhadas aos interesses e demandas da comunidade.

Nesse sentido, criar espaços e promover encontros que permitam a troca de experiências entre moradores e profissionais, fortalecendo um diálogo intersetorial, é fundamental: ***“Ok, que você tem um currículo pedagógico que você precisa cumprir, mas você precisa construir materiais específicos para as crianças daqueles territórios para discutir diversas coisas”.*** A Rocinha é um local de muitas riquezas e pode ser um bairro educador. A regionalidade, a identidade étnico-racial, o pertencimento, a sustentabilidade e o meio ambiente são assuntos importantes a serem trabalhados nas escolas com as crianças pequenas: ***“Acho que o povo da Rocinha não se enxerga preto, não se assume nordestino, não tem um orgulho, um pertencimento do lugar em que vive. Eu acho que isso nas escolas daqui precisa ser trabalhado”.***

Assim, as consultas sobre o tema participação - das crianças, das famílias, de profissionais e da comunidade - nos processos de educação na Primeira Infância revelaram o reconhecimento de sua importância. Sua potencialidade e seus limites surgiram como elementos de destaque para pensar a participação em um cenário marcado por desigualdades sociais que atravessam as vidas das crianças e de suas famílias, assim como os contextos institucionais e comunitários onde convivem. No geral, prevalecem esforços variados para melhorar as condições de vidas das crianças na Primeira infância na Rocinha,

apesar das lacunas que o poder público ainda precisa preencher.

2.3 – Segurança

A maior parte dos entrevistados, sejam mães, pais, responsáveis, profissionais de creches e pré-escolas ou atores-chave, considerou que as crianças de 0 a 5 anos não vivem em segurança na Rocinha. Ostensivas operações policiais, confrontos armados, venda e uso abusivo de álcool e outras drogas, exploração do trabalho infantil, falta de saneamento básico, acesso limitado a serviços precários de saúde, educação e transporte, insegurança alimentar e fome, entre outros elementos que violam os direitos das crianças fazem parte do cotidiano da comunidade.

Mães, pais e responsáveis moradores da Rocinha revelaram um entendimento sobre segurança muito marcado por aspectos territoriais e pela violência física. Isso se explica pelo fato de estarem expostos a trocas de tiros entre policiais, comerciantes varejistas de drogas ilegais e facções rivais e por terem seu acesso a bens e serviços públicos limitado pela ação insuficiente e ineficiente do Estado na comunidade. Ainda assim, alguns moradores conseguiram relativizar a violência cotidiana e expuseram uma outra forma de ver o tema, valorizando laços comunitários que apoiam o cuidado com as crianças, especialmente importantes para as mães solo que também trabalham fora de casa. Além disso, alguns

mencionaram a existência de regras locais, impostas pelo comércio ilegal de drogas, que reduzem a incidência de crimes como roubos, sequestros e abusos de crianças.

Apesar do cenário adverso, uma das profissionais de creches e pré-escolas entrevistadas destacou os esforços realizados pela comunidade para proteger suas crianças: ***“Eu acho que a comunidade tenta. Tenta, porque acredita nessa coisa do pertencimento, de que apesar de toda a exclusão, de toda a falta do olhar do poder público, do estado, nós olhamos por nós, essa solidariedade orgânica é que faz a coisa não ser pior do que é”***. E ela não foi a única. O entendimento de que a comunidade é acolhedora e busca criar estratégias para proteger as crianças esteve fortemente presente no discurso dos atores-chave entrevistados. Eles criticaram a forma como o Estado se faz presente, criando situações que prejudicam o desenvolvimento e impactam negativamente na qualidade de vida e na garantia dos direitos dos pequenos moradores da Rocinha. Enquanto investe fortemente na guerra às drogas, aumentando os riscos de confrontos armados na comunidade, o Estado participa de forma insuficiente nas resoluções de seus problemas históricos, como a falta de saneamento básico e de atenção em saúde para o enfrentamento de doenças como a tuberculose; a desorganização do trânsito, que gera risco de atropelamentos; e a falta de obras de contenção de encostas e intervenções urbanísticas com participação

popular que mitiguem o risco de deslizamento e desabamento em algumas áreas.

Ainda que a Rocinha esteja em paz há alguns anos em relação a grandes conflitos armados, o risco e o medo permanecem presentes: ***“A gente não tem essa segurança de ir e vir, a infância não tem. Então, você anda na rua, mas você pensa em que momento vai acontecer algo que eu vou ter que sair correndo ou que eu tenho que correr atrás do meu filho para levar correndo. Então, a gente vive num estado de insegurança muito grande”***. Em relação às crianças na Primeira Infância, mães, pais e responsáveis consideram fundamental protegê-las contra confrontos armados, pessoas que possam lhes fazer mal e contra acidentes domésticos: ***“Segurança pra mim é você poder ir e vir sem ter uma preocupação de que algo possa acontecer com a criança, com você”***. Nesse sentido, a presença constante de familiares e pessoas que zelam pelas crianças, oferecendo atenção, cuidado e educação, foi citada como um elemento capaz de aumentar a segurança na Primeira Infância: ***“Eu acho que eles não entendem muito bem como a gente entende essa questão (...) de violência urbana e tudo mais. Então, eu acho que o principal fator que gere segurança pra uma criança seria esse mesmo. O apoio que aquele núcleo mais próximo dela dá pra ela. O sentido de carinho que ela recebe. Eu acho que seria isso”***.

Para melhorar a segurança das crianças na comunidade, muitas mães, pais e responsáveis citaram a extinção do comércio ilegal de drogas. Mais respeito entre as pessoas, com menos preconceitos; escolas em tempo integral; mais serviços e oportunidades para a comunidade, especialmente para as crianças e para os jovens; mais acesso à saúde e a médicos especializados; e soluções de saneamento básico, com fechamento de valas que causam doenças, foram outras alternativas propostas. As respostas dos atores-chave reforçam a ideia de que é preciso que famílias, sociedade e Estado, incluindo articuladores locais e externos, atuem juntos oferecendo acesso à educação, saúde e demais serviços essenciais, redistribuição de renda, apoio socioemocional, espaços seguros, fortalecendo redes de apoio locais, melhorando o comportamento no trânsito, divulgando informações, etc. Mais uma vez, a forma como o Estado atua foi questionada por impactar no tratamento e na oferta de serviços disponíveis: ***“A gente consegue melhorar exatamente lutando contra essa guerra, né? Que existe contra as drogas, contra o favelado, contra o preto. Esse racismo estrutural que a gente vive, sabe? Quando a estratégia for trazer (...) qualidade de educação, de lazer, de cultura. (...) Entender que o livro é a solução, por exemplo, a gente vai conseguir manter seguro, tanto os moradores e a partir daí esses moradores conseguem manter seguras as crianças, entendeu?”***. Neste aspecto, o racismo ao qual

a moradora se refere é decorrência da própria estrutura social, da forma como se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares. O racismo é estrutural e trata-se de um fenômeno social complexo sendo elemento de análise fundamental quando a raça define a vida e a morte (ALMEIDA, 2019).

Profissionais de creches e pré-escolas, em sua maioria, mencionaram que a ampliação e o aprimoramento de políticas públicas e o desenvolvimento de projetos sociais voltados para a infância são fundamentais para que as crianças estejam mais seguras em suas casas e na comunidade: ***“Primeiro saneamento básico que falta, acesso à luz, à água, à alimentação saudável, espaços de lazer que são quase nulos, centros culturais, mais bibliotecas, espaços pensados para criança, espaços infantis pensados para eles”***. Elas citaram especificamente a necessidade de construção e/ou ampliação de espaços públicos e seguros para as crianças, especialmente com oferta de atividades para os bebês, que necessitam de diferentes estímulos para se desenvolver e não encontram oportunidades para fazê-lo na comunidade. As crianças precisam de espaços seguros na comunidade, que as permitam brincar e fazer suas atividades sem riscos eminentes. As profissionais disseram que, para além de um ambiente escolar adequado, a criança precisa estar protegida e confortável na sua casa e receber o apoio de sua família: ***“Segurança é ela ter uma família, de onde ela se sinta bem, amparada”***.

Ao abordar a segurança nas creches e pré-escolas, todas as profissionais, exceto uma delas, responderam que as crianças estavam seguras nessas instituições. O cuidado faz parte do cotidiano das entrevistadas, que buscam acompanhar a circulação, observar e escutar as crianças como formas de protegê-las. Em relação à segurança física, elas mencionaram a necessidade de atenção constante à movimentação das crianças pelo espaço, uma vez que elas correm e pulam de forma ágil e rápida. As entrevistadas disseram que as instituições de ensino investem na sua adequação e preparação para receber as crianças, por exemplo, instalando redes de proteção em portas e janelas, restringindo a circulação de pessoas estranhas à comunidade escolar, retirando obstáculos que possam provocar acidentes, utilizando mobiliário e brinquedos acessíveis e assegurando a presença de uma rede de apoio capaz de garantir sua integridade física. Em relação à segurança emocional dos alunos, as entrevistadas disseram que o afeto e a construção de um ambiente acolhedor são fundamentais para o fortalecimento de laços de confiança entre as crianças e as profissionais: ***“Às vezes, a criança está meio nervosa por algo que tenha acontecido na casa dela, e o porto seguro, a segurança dela somos nós. Então, a gente tem que sempre trabalhar com muito amor, muito carinho e muito cuidado para trazer segurança a essas crianças”***.

Quase todos, entre mães, pais e responsáveis, concordam sobre as crianças estarem seguras nas creches e pré-escolas, especialmente porque elas têm protocolos para os casos de confrontos armados, como esconder as crianças no local mais seguro, trancar as portas e portões principais e não deixar ninguém entrar e sair; elas restringem o acesso de pessoas, mantendo profissionais monitorando a circulação; as crianças só deixam a instituição acompanhadas de responsáveis autorizados; e elas avisam nos casos de problemas de saúde: ***“Tá. Porque a gente vê todas as estruturas que eles oferecem pra gente. (...) Todos os funcionários lá bem atentos (...) Todo mundo bem cuidadoso”***. Parte dos entrevistados também mencionou que os problemas de segurança que identificam não seriam específicos das creches e pré-escolas e estariam relacionados ao fato de que elas estão sujeitas aos riscos provocados por eventuais confrontos armados e que, no caminho até às instituições, por vezes, as crianças acabam expostas à venda ilegal de drogas e à presença de pessoas armadas. Profissionais de creches e pré-escolas também mencionaram preocupação com os riscos do entorno em suas respostas. Uma das entrevistadas afirmou que a instituição onde trabalha estabeleceu um protocolo para as ocorrências de tiroteios, quando abriga alunos e profissionais nos locais considerados mais seguros. Outras mencionaram ainda problemas que consideraram estar para além de suas possibilidades para resolver,

como a inadequação de alguns aspectos das instalações (presença de escadas e falta de saída de incêndio), que demandam investimentos públicos.

Mesmo em um cenário complexo como a Rocinha, os entrevistados conseguiram apontar espaços que oferecem “alguma segurança” para as crianças. Além das creches e pré-escolas, de modo geral, projetos sociais e outros espaços que oferecem atenção e cuidado, como a Biblioteca Parque, o Complexo Esportivo, o Instituto Reação, o Conselho Tutelar, os postos de saúde e o CRAS, também foram considerados seguros, assim como os espaços religiosos: ***“Acho que aqui a gente se preocupa muito com a segurança, com amparo, com o dar de comer, com o oferecer abrigo, oferecer o que é justo”***. De acordo com os atores-chave participantes da pesquisa, esses espaços não só contribuem para a socialização e para o aprendizado das crianças como oferecem acesso ao esporte, ao lazer e a cultura, fundamentais para o desenvolvimento infantil. Todavia, eles disseram que não há praças seguras, pois estão destruídas e/ou ocupadas por pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, em situação de prostituição ou que se comportam de maneira inadequada diante das crianças.

Parte das mães, pais e responsáveis foi mais radical ao dizer que sua casa era o único lugar seguro na comunidade, seja porque os filhos estão na sua companhia, seja porque a habitação

tem acesso restrito ou por ser cercada por outras construções, ficando menos exposta em casos de confrontos armados. Entre os responsáveis por crianças com deficiência, foi destacada a importância de redobrar a atenção e adaptar a casa para as necessidades particulares das crianças: ***“Tá seguro em casa, mas aí eu tenho que segurar ele, porque ele não tem medo do perigo (...) Na minha casa não tem mais nada pra sentar, só tem uma mesinha, eu tirei tudo de perto dele porque ele sobe e quer pular”***. Outra parte dos moradores disse não haver espaços seguros para crianças na localidade, no geral, por conta da violência armada: ***“A criança não tem mais espaço fora de casa pra brincar aqui (...). Hoje, se for brincar no beco, você corre, dá três passos, tá batendo de cara com uma arma”***.

Atores-chave e profissionais de creches e pré-escolas demonstraram outras preocupações em relação à segurança nas casas das crianças: ***“A casa, que deveria ser o maior local de segurança, o templo, o local para as crianças se sentirem mais acolhidas e seguras, nem sempre é”***. Profissionais de creches e pré-escolas problematizaram aspectos relacionados à dinâmica familiar (violência doméstica, violência sexual e falta de recursos), à estrutura das construções (presença de rachaduras, mofo, risco de deslizamento e desabamentos e exposição a tiroteios) e à violência na Rocinha (aumento do número de crimes e possíveis conflitos armados). Preocupações em relação à falta de

cuidados, atenção e alimentação adequada foram destacadas pelos atores-chave entrevistados. No geral, eles entendem que falta suporte financeiro e emocional para as famílias, muitas das quais vítimas de ciclos intergeracionais de pobreza e privação. A circulação de crianças sozinhas na comunidade também é uma realidade. Algumas pedem comida e dinheiro e outras permanecem desacompanhadas até durante a noite.

Ao serem perguntados sobre como seus filhos se sentem em relação à segurança, parte das mães, pais e responsáveis entrevistados disse perceber que as crianças ficam agitadas e assustadas quando ouvem fogos de artifício e tiros na comunidade: ***“Com 3 anos ela já entende sim, que é tiroteio, que vai vir alguém, entendeu?” Ela fica ‘Mamãe, mamãe! Fogos, fogos!’. Ela não pode ver as pessoas com arma que ela fala ‘ih, vou morrer, vai matar’. Ela fala. Não sei se ela vê isso, se ouviu de alguém. Às vezes, a pessoa passa e fala alguma coisa e criança, já viu, né? Ela é muito esperta”***. Outras ficam entediadas, irritadas e choram por não poder brincar na rua. Um dos participantes considerou que eles são muito pequenos para compreender o assunto, embora acredite que estar perto da família é fundamental para gerar um sentimento de segurança para as crianças: ***“A definição de segurança pra eles é isso, é tá perto do pai ou da mãe”***.

3 – Escutando e dialogando com crianças pequenas na Rocinha

Pesquisas no campo dos Estudos da Criança têm assinalado a importância de se aprimorar a escuta cuidadosa, atenta e respeitosa às crianças, considerando-as como parceiras centrais no diálogo com adultos (JOBIM E SOUZA; RABELLO DE CASTRO, 2008; PORTO; RIZZINI, 2017; LEITE; PIORSKI, 2018). Esta perspectiva constitui uma base fundamental para as atividades realizadas junto às crianças pequenas na Rocinha.

Ao longo do projeto, as crianças participaram de encontros com contação de histórias e brincadeiras, promovidos pela Trupe Brincante¹¹. Além disso, entre maio e junho de 2022, elas foram consultadas sobre os principais temas do projeto a partir de perguntas e metodologias adequadas, utilizando-se ilustrações de livros de literatura infantil para estimulá-las a participar¹². Uma caixa decorada, para acomodar as ilustrações, um pano redondo e estampado, para demarcar o ambiente da conversa, e papéis e canetas coloridas, para que pudessem se expressar também através de desenhos, completam o conjunto de elementos que serviu de apoio para facilitar os encontros.

As consultas envolveram 30 crianças, com idades entre 3 e 7 anos, que frequentavam três instituições de educação infantil e uma escola municipal que atendem à comunidade. Muito importante nesses encontros com as crianças foram os registros escritos e fotográficos. Eles foram revisitados várias vezes, contribuindo para que recuperássemos histórias e observássemos diferentes pontos de vista. Isso porque ouvir para além das palavras foi fundamental. Como diz Madalena Freire: *“Ver e ouvir demanda implicação, entrega ao outro. Estar aberto para vê-lo e/ou ouvi-lo como é, no que ele diz, partindo de suas hipóteses e de seu pensar. Dessa forma busca a sintonia com o ritmo do outro, do grupo, adequando em harmonia, ao nosso”* (FREIRE, p.45, 2008). As crianças percorreram os principais temas de interesse do projeto com reações expressas em palavras, movimentos, risos e desenhos.

Durante as atividades, da forma como foram propostas, as crianças sentiram-se acolhidas para revelar suas inseguranças e desejos. A maioria disse se sentir segura em casa com a família e algumas mencionaram a igreja. Quando perguntadas do que sentiam medo, alguns repostas se repetiram: barata, rato, chuva e escuro. Outras foram mais raras como: medo de assassino, vulto, “vumito” (vômito) e lobisomem. As crianças maiores disseram que, para enfrentá-los, precisavam chamar alguém mais velho, seja para matar a barata, acender a luz ou deixar a porta aberta. Já as menores, primeiro, se disseram muito corajosas, mas

depois citaram os poderes dos super-heróis como formas de enfrentar seus medos.

Medo é algo comum no mundo de uma criança pequena. É possível que seja ainda mais presente nas vidas de crianças que estão expostas à violência em seu entorno, como nos contextos de favela (GOMES, 2019; MARTINS, 2020). No processo de análise dos achados de pesquisas realizadas em uma grande comunidade como a Rocinha, com diversas complexidades, é importante levar em consideração aspectos da realidade cotidiana. O “medo de assassino” foi o primeiro “medo verdadeiro” evocado; antes citaram medo de vulto e lobisomem. Até que ponto esse medo tem a ver com a violência urbana que cerca as crianças consultadas? Chamou especial atenção a evocação do medo de vômito, entre outros como “medo de rato” e “medo de barata”. Sendo essa convivência com ratos e baratas uma realidade cotidiana relacionada à precariedade do saneamento básico da Rocinha, será que isso surgiria em outro contexto? E o medo de chuva forte? As crianças percebem tudo o que acontece a sua volta. Em determinadas épocas do ano, as chuvas desabrigam os moradores, geram desabamentos e mortes.

Uma das perguntas feitas pelos jovens em uma atividade na escola foi sobre quem as salvava quando tinham medo. As crianças responderam: mamãe e papai, deus/papai do céu, chinelo, spray de matar barata, meu cobertor, tudo que eu puder tacar pra matar

e “eu mesmo mato qualquer bicho”. Um dos meninos disse que era a força dele próprio que o salvava. Ficou claro que os pais apareceram em seus relatos como figuras protetivas centrais. Por vezes, eles foram mencionados também como aqueles que os coíbiam. Ao serem perguntados sobre o que mais gostariam de fazer, a resposta “brincar na rua” foi a que mais apareceu, acompanhada de complementos como: “minha mãe não deixa”, “meus pais não têm tempo”, “minha mãe está com ansiedade”. Respostas que apontavam a insegurança local também foram registradas já que elas disseram que não podiam ficar sozinhas ou que “tem bandido”.

Os amigos já são muito importantes desde os primeiros anos de vida. Para as crianças que consultamos, amigos são os colegas da escola, os irmãos ou o gato. Na escuta com crianças de 3 a 5 anos, surgiu esse interessante relato feito por um dos jovens da Trupe Brincante: “Montamos os panos no espaço e, ao contar a história ‘Coelhinho preto também tem seu encanto’, do livro ‘Débora conta histórias’, todos riram do começo ao fim. (...) Ao ouvir que ‘se forem amigos, devemos gostar dele do jeitinho que ele é’, o menino disse: ‘verdade, se for amigo é para sempre’”¹³.

As crianças também falaram dos lugares que conheciam: praia, jardim zoológico, parquinho e restaurante. As brincadeiras mais citadas foram: correr, pular, pular corda, pique-esconde, jogar bola e dança das cadeiras.

É alguns brinquedos, jogos e personagens também apareceram: arma de mentirinha, Lego, Roblox, GTA, AmongUS, Homem Aranha e The Flash. A escola foi considerada lugar de brincar, correr, comer, estudar e fazer contas. Mencionaram que gostam de criar com massinha de modelar e de desenhar. A maioria afirmou que não gosta de ficar sem recreio ou sem comida. A escola como um lugar de comer também chamou a atenção, já que as consultas foram realizadas em um momento em que a insegurança alimentar crescia no Brasil.

Importante registrar que as crianças expressaram nem sempre se sentir visíveis e escutadas. Quando perguntadas se suas ideias e sugestões eram ouvidas na escola ou em casa, as crianças de 6-7 anos disseram que levantam a mão, e que se isso não resolve, choram para chamar a atenção. As outras menores disseram que costumam se jogar no chão ou “gritar até explodir”.

A equipe envolvida na escuta reportou que não foi fácil para as crianças pensarem sobre questões de inclusão ou exclusão. Para elas, quase todas as crianças têm amigos. Elas não se reconheceram como excluídas ou como quem exclui. Para resolver alguns impasses na hora de brincar, sugeriram que fosse escolhida uma brincadeira com regras que contemplassem a todos.

Ficou evidente que mesmo as garatujas - rabiscos aleatórios em todas as direções, com diversas formas e sem controle de força - são

formas de expressão. O desenho é como se fosse uma escrita. No papel, no chão ou em outros lugares, as crianças registram o que percebem do mundo e das pessoas. O desenho é uma das formas da criança comunicar seus pensamentos e suas emoções. Com esse recurso adicional, de forma livre, as crianças colocaram no papel seus conhecimentos e seus pensamentos.

Para além do objetivo do projeto, que era escutar as crianças sobre determinados temas, com perguntas especialmente criadas para elas, o clima que se instaurou nesses encontros entre crianças, educadores, pesquisadores e leitores permitiu que o olhar de todos os envolvidos se expandisse. Em reuniões de equipe, situações específicas mencionadas pelas crianças ou reações que ocorreram durante as atividades geraram muitas reflexões, pois evidenciaram sentimentos profundos, que precisavam ser acolhidos e exigiam cuidado e delicadeza. A equipe precisou transmitir confiança para que essas manifestações emergissem. Mais um ponto a assinalar é que o tempo das interações com as crianças foi curto, devido aos limites do estudo. O ideal é que as questões levantadas continuem sendo trabalhadas pedagogicamente pelas instituições, não apenas com as crianças, mas também com as famílias e com os profissionais de educação envolvidos.

4 – Considerações Finais

Gostaríamos de concluir destacando que, com criatividade, mães, pais e responsáveis entrevistados revelaram esforços para incluir seus filhos, ampliar sua participação e oferecer segurança a eles. No entanto, compreendemos que as condições objetivas e subjetivas de cada família podem limitar ou criar oportunidades para o desenvolvimento e para a educação das crianças. Nesse sentido, o suporte do Estado e da sociedade são fundamentais para a proteção integral dos pequenos. Em nosso projeto, entendemos que a inclusão, a participação e a segurança estão diretamente relacionadas ao acesso da população a bens e serviços públicos de qualidade.

Essenciais nesse processo, as profissionais de creches e pré-escolas entrevistadas, de modo geral, avaliam positivamente o trabalho realizado, especialmente quando consideram o empenho da equipe profissional. No entanto, elas reconhecem os desafios da falta de investimento público na educação e segurança das crianças. Compreendem que algumas construções não possuem estrutura adequada para funcionar como creche e pré-escola e que, por isso, necessitam de investimentos e reformas. A importância da participação das famílias na educação das crianças também foi destaque. Se, por um lado, reconhecem e cobram esforços de mães, pais e responsáveis para participar das atividades propostas

pelas instituições, profissionais de creches e pré-escolas também compreendem que questões socioeconômicas podem limitar essa participação.

As entrevistadas avaliam que é importante que sejam disponibilizados às crianças espaços alternativos que ofereçam atividades que estimulem seu desenvolvimento. Em sua maioria, elas concordam que as crianças aprendem brincando, na interação com seus pares e observando seu entorno. Por isso, garantir espaços seguros para que possam se divertir e socializar é fundamental para seu desenvolvimento. Embora a Rocinha conte com projetos e oportunidades para as crianças, a maioria deles é inacessível para aquelas na Primeira Infância, seja por conta de sua faixa etária ou pelo custo de participação.

As crianças não só aprendem em todos os lugares por onde circulam, como também enfrentam situações desafiadoras em suas casas, na comunidade e nas instituições que frequentam. De acordo com os atores-chave entrevistados, algumas estão mais expostas a violações de direitos, são mais discriminadas e vivenciam experiências que não deveriam ser parte da infância. Nesse sentido, a comunidade é um lugar a ser transformado para que elas possam se desenvolver de forma segura e com seus direitos protegidos. As escutas e diálogos com as crianças nos permitiram conhecer melhor as várias formas como se expressam e o que é mais importante para elas, nos falando

sobre seus medos, inseguranças, mas também sobre o que gostam de fazer, como brincar, correr, pular e comer!

Os atores-chave concordam com mães, pais e responsáveis e com profissionais de creches e pré-escolas ao relacionar os principais desafios vivenciados pelas crianças de 0 a 5 anos e suas famílias na comunidade às lacunas existentes nas políticas e serviços públicos. A falta de vagas na educação infantil e a frágil inclusão daqueles que conseguem acesso e enfrentam dificuldades para permanecer estudando são problemas importantes. Os serviços de saúde oferecem atenção básica e de urgência/emergência no território, mas o atendimento especializado, inclusive em saúde mental, exige deslocamentos e esforços. No campo da assistência social, há muito a ser feito para que as crianças se tornem prioridade. Os atendimentos às famílias têm sido pautados por benefícios e programas de transferência de renda diante do empobrecimento da população agravado pela pandemia. Os serviços de segurança pública, que deveriam proteger as crianças e a população como um todo, as expõe a inúmeras situações de risco e constantes ameaças à vida. Saneamento básico, coleta de lixo, reformas de praças e outros espaços de lazer e melhorias no transporte público e na rede de energia elétrica são reivindicações históricas da Rocinha. De modo geral, os entrevistados afirmam que os direitos dos moradores da comunidade, incluindo das crianças na Primeira Infância, não serão

assegurados sem que haja investimentos robustos do Estado, e demandam a ampliação e o aprimoramento das políticas e serviços públicos voltados para essa população.

Acreditamos que, aliados às mobilizações e coletivos populares, assim como à comunicação e às mídias sociais, esses e outros atores-chave podem contribuir para que as pautas locais sejam amplificadas e cheguem aos responsáveis por elaborar e monitorar políticas capazes de melhorar as condições de vida dos moradores. É fundamental fortalecer uma rede local que dialogue sobre as questões levantadas e pense o desenho de soluções alinhadas às necessidades e desejos da comunidade da Rocinha. Por isso, seguiremos acompanhando e apoiando esse movimento¹⁴.

5 - Referências Bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete. Direito das crianças, quais crianças? In: In SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; SIQUEIRA, Romilson M. (Orgs). A defesa dos direitos da criança: uma luta sem fronteiras. Goiânia: Cãnone Editorial, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CASTRO, Leandro; COUTO, Renata M. B. do; GOMES, Eliane. Informe *Se liga na Rocinha* 9. Rio de Janeiro: CIESPI, 2023.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2021.

COUTO, Renata M. B. do; GOMES, Eliane; CASTRO, Leandro. Informe *Se liga na Rocinha* 8. Rio de Janeiro: CIESPI, 2023.

DEVULSKY, ALESSANDRA. Colorismo. São Paulo: Jandaira, 2021.

FREIRE, Madalena. Educador educa a dor. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GOMES, Eliane. Escuta de crianças na Primeria Infância em contextos de favela: aproximações e distanciamentos entre saberes e direitos das crianças na Rocinha (Rio de Janeiro). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. RJ: PUC-Rio, 2019.

GOMES, Eliane; CASTRO, Leandro; COUTO, Renata M. B. do. Informe *Se liga na Rocinha* 6. Rio de Janeiro: CIESPI, 2022.

JOBIM E SOUZA, Solange; RABELLO DE CASTRO, Lúcia. Pesquisando com Crianças: Subjetividade Infantil, Dialogismo e Gênero Discursivo. In CRUZ, Silvia Helena V. (org.) Cruz (Org.). *A Criança Fala: A Escuta de Crianças em Pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008.

LEITE, Ana C.; PIORSKI, Gandhi. Relatório do Projeto Escuta de Crianças. Um método para escuta sensível da infância. São Paulo: Instituto Alana, 2019.

MARTINS, Gisele R. "Amanhã eu quero que não tenha tiro". Tortuosos caminhos na trilha dos direitos de crianças e adolescentes nas favelas. Tese De Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. RJ: PUC-Rio, 2020.

PORTO, Cristina L.; LACERDA, Nathercia. Informe *Se liga na Rocinha* 7. Rio de Janeiro: CIESPI, 2022.

PORTO, Cristina L.; LACERDA, Nathercia; RIZZINI, Irene. *Dialogando com as crianças: olhar sensível e escuta atenta*. Rio de Janeiro: CIESPI, 2023.

PORTO, Cristina L.; RIZZINI, Irene. *Sociedade e Infância*. Madrid: Ediciones Complutense, 2017: 299-320.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 08/09/2023.

RIZZINI, Irene. A luta em defesa dos direitos das crianças em tempo de retrocesso. In SARMENTO, Manuel J.; FERNANDES, Natália; SIQUEIRA, Romilson M. (orgs). *A defesa dos direitos da criança: uma luta sem fronteiras*. Goiânia: Cànone Editorial, 2020.

UNICEF. *As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: 28/09/2023.

Notas

1 Esses encontros inspiraram duas publicações: *Primeira Infância e ação comunitária na Rocinha: jovens (re) descobrindo as infâncias*, que foca no curso de formação sobre a área da infância oferecido para alguns jovens da comunidade; e *Dialogando com as crianças: olhar sensível e escuta atenta*, que reúne as metodologias participativas desenvolvidas pela equipe do CIESPI/PUC-Rio ao longo de sua trajetória. Ambas as publicações se encontram disponíveis na aba publicações do site: www.ciespi.org.br.

2 www.ciespi.org.br.

3 Leandro Castro e Eliane Gomes foram os responsáveis pelas consultas aos adultos. Eles contaram com o apoio de Renata Brasil na sistematização e análise dos dados coletados.

4 Embora a maioria das pessoas entrevistadas ao longo da pesquisa tenha sido de mulheres, optamos, na elaboração geral do texto, pelo uso de pronomes e artigos masculinos para evitar a identificação dos entrevistados e facilitar a leitura. Quando nos referimos às profissionais de creches e pré-escolas, fizemos uso de pronomes e artigos femininos, já que todas as entrevistadas são mulheres.

5 A sala de recursos multifuncionais tem como objetivo apoiar a organização e a oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

6 Importante destacar que o racismo é uma forma de violência que impacta o desenvolvimento infantil em múltiplos aspectos (Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância, 2021) e precisa ser amplamente combatido. Crianças negras

crescendo “em meio a um ambiente escolar e familiar estruturado em princípios de inferiorização da cultura africana, de vilanização das vítimas da escravidão e da invisibilização dos heróis e das heroínas da resistência contra a escravidão não poderiam se desenvolver valorizando a negritude”(DEVULSKY, p.17, 2021). Nesse sentido, destacamos a importância de incidirmos politicamente em torno do cumprimento da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas.

7 Por isso, é fundamental incidir politicamente para o cumprimento da Lei nº 13.935/19 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

8 No Brasil, cerca de 32 milhões de crianças (63% do total) vivem em situação de pobreza, considerando suas múltiplas dimensões: renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação, de acordo com o UNICEF (2023). A insegurança alimentar e a fome aumentaram, alcançando patamares da década de 1990, de acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2022).

9 As famílias que trabalham possuem diferentes formas de vínculos empregatícios sejam formais ou informais. Para ilustrar os desafios e limites acerca dos cuidados e presença familiar em caso de doença das crianças, destacamos que mesmo aqueles que possuem vínculo formal possuem limitada possibilidade. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 473, garante que “o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por um dia por ano para acompanhar filho de até seis anos em consulta médica”.

10 “As forças progressistas [...] empurram a política de educação infantil para o topo - isto é, [para] um atendimento democrático de qualidade - e as forças contrárias [...] a fazem despencar morro abaixo” (ROSEMBERG APUD ABRAMOWICZ, p.20, 2020).

11 A Trupe Brincante foi formada por Elaine Silva, Nicolas Cabral e Yasmim Souza, três jovens moradores da Rocinha, que

contaram com a eventual colaboração de Esther Mischiatti e Everaldo de Toledo, alunos do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e assistentes de pesquisa do CIESPI/PUC-Rio.

12 Cristina Porto e Nathercia Lacerda foram as responsáveis pelas consultas às crianças. Elas contaram com o apoio de Nicolas Cabral e Everaldo de Toledo no registro dos encontros.

13 O relato foi registrado no relatório *Atuação da Trupe Brincante no projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva*.

14 Moradores mobilizados ao longo do projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva elaboraram uma *Carta coletiva da Rocinha em defesa da Primeira Infância*. O grupo se baseou nas demandas apresentadas pelos participantes das entrevistas e das rodas de conversa promovidas pela equipe do CIESPI/PUC-Rio. O documento se encontra disponível no site: www.ciespi.org.br.

Para mais informações consulte os editores desta série:

www.ciespi.org.br

Irene Rizzini

Diretora-presidente, CIESPI/ PUC-Rio e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com)

Maria Cristina Bó

Coordenadora executiva do CIESPI/ PUC-Rio.
(mcrisbociespi@gmail.com)

Malcolm Bush

Pesquisador e consultor, CIESPI/ PUC-Rio e pesquisador do Center of Urban Research and Learning at Loyola University of Chicago. (mbushciespi@gmail.com)



THE UNIVERSITY
of EDINBURGH